



O PENSAMENTO EDUCACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ROUSSEAU

EDUCATIONAL THINKING FOR ROUSSEAU'S FIRST CHILDHOOD

Láise Soares Lima

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Professora Substituta da Universidade do Estado da Bahia – Campus VIII (UNEB)

Endereço: Dep. de Educação – Rua da Gangorra, 503 – CHESF

48.600-000 – Paulo Afonso/BA, Brasil

Email: laisesoareslima@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a perspectiva de educação para primeira infância de Jean-Jacques Rousseau expressa nos livros I e II da obra Emílio ou da Educação, que se designam a formação da criança de zero a doze anos de idade. A partir de uma abordagem bibliográfica, busca-se apresentar a defesa de Rousseau pelo novo conceito de infância moderna, como fase fundamental do desenvolvimento humano a qual possui especificidades que devem ser respeitadas. As considerações realizadas expõem o projeto de educação negativa e natural do filósofo para o fortalecimento do corpo e dos sentidos a partir das experiências com o meio, afim de que a criança não seja corrompida pela sociedade.

Palavras-chave: Criança. Educação. Emílio ou da Educação. Infância.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the perspective of early childhood education by Jean-Jacques Rousseau expressed in books I and II of the work Emílio or da Educação, which are called the formation of children from zero to twelve years of age. From a bibliographic approach, we seek to present Rousseau's defense of the new concept of modern childhood, as a fundamental phase of human development which has specificities that must be respected. The considerations made expose the philosopher's project of negative and natural education for the strengthening of the body and the senses from the experiences with the environment, so that the child is not corrupted by society.

Keywords: Child. Education. Emílio or Education. Childhood.

Recebido em 21.04.2020. Publicado em 05.05.2020



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

1. INTRODUÇÃO

O século XVIII foi permeado por transformações, distintos ideais e contradições, significativamente reconhecido como Século das Luzes, traduziu a crítica do iluminismo ao regime feudal, ao exercício de poder da nobreza e do clero, com a diligência de esclarecer racionalmente os homens, livrando-os do obscurecimento e das superstições. Confiantes que a razão possibilitaria a compreensão e reorganização da sociedade, pensadores iluministas questionavam os dogmas e fanatismos religiosos, afim de conduzir o sujeito a uma evolução baseada na ciência.

O desenvolvimento de experimentos científicos e novas teorias possuía por convicção o livre desempenho da razão, através de posições filosóficas particulares que concediam a razão como uma energia, “uma força que só pode ser plenamente percebida em sua *ação* e em seus *efeitos*” (CASSIRER, 1992, p.32, grifo do autor). Distante de ideias inatas e do teocentrismo absoluto, o iluminismo atribuiu o sentido da ação de renovação política e social.

Nessa perspectiva, a racionalidade tornou-se central na produção das ideias e conhecimentos que revelassem a verdade. A razão seria o caminho para aprimoração cultural da humanidade, podendo promover, a partir do esclarecimento, uma defesa do mal, para uma vida mais confortável e feliz (DALBOSCO, 2008; CASSIRER, 1992).

Todavia, os pensamentos filosóficos dos iluministas não seguiam uma posição linear, concepções distintas foram configuradas neste período de reflexões políticas e pedagógicas. Por esse viés, ao exercer críticas a sociedade francesa da época e contrapor a centralidade da razão, o genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) teceu consideráveis proposições sobre o processo educativo, tendo a essência humana como início e fim de sua proposta, pois como o próprio Rousseau (2017, p. 47) se posicionava, “nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”.

Como um dos grandes pensadores do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, na Suíça, em 28 de junho de 1712. Tendo perdido sua mãe ainda na idade mais tenra, foi criado por seu pai Isaac Rousseau, antes de ter sido entregue aos cuidados de seu tio, um pastor protestante. Quando adolescente abandonou sua cidade natal vivendo em lugares como Savoia, Paris e Veneza, onde se tornou escritor, político, filósofo e compositor musical. Mesmo diante de uma vida agitada e polêmica, o genebrino exerceu escritos que permitiram retratar as transformações sociais e culturais da sua época, além de inserir críticas e posicionamentos diante da organização social francesa, que apesar de proclamar mudanças, permanecia com fortes indícios de uma cultura tradicional (ROUSSEAU, 2017; QUEIROZ, 2010; CUNHA, 1996).

Guiado em definir um projeto político e pedagógico que pudesse esclarecer e orientar a sociedade, publicou, em 1762, suas obras mais conhecidas: *O Contrato Social* e *Emílio ou da Educação*. Obras que tiveram reações controversas, levando-o ao exílio. Conforme Cunha (1996, p. 51):

O Parlamento de Paris condenou Emílio à fogueira e o autor à prisão, de que escapou fugindo, sendo acolhido por David Hume na Inglaterra (1766). Embora o segundo discurso tivesse sido dedicado à cidade de Genebra, cujos cidadãos e magistrados foram elogiados pela liberdade de que gozavam e pela sabedoria com que geriam os negócios públicos; embora, ainda, Rousseau tivesse sido entusiasticamente recebido em sua cidade natal em 1754, Emílio foi também aí condenado.

Em discordância ao sistema social da época e em posição de uma educação que considerasse a subjetividade do sujeito no processo educativo, Rousseau redigiu pensamentos que negavam a prática exclusivamente racional do ensino, refletido sobre o lugar do homem no mundo e percebendo como fatores externos, como a religião, a política, as interações e os bens materiais podem ser implicadores para formação cidadã.

Nesse contexto, pautado em uma educação natural, Rousseau propôs o rompimento com a hegemonia racionalista, não sendo encarado, portanto, com um típico iluminista, todavia, acentuando que a razão por si só não contemplaria a dimensão do humano, permanecendo na abstração. À vista disso, seria essencial reconhecer o homem não somente racional, mas composto por sensibilidades, sentimentos e emoções que dialogam com o seu consciente.

Dalbosco (2008, p.6) evidencia a existência de uma dialética da razão nas concepções de Rousseau, explanando “a exigência de conceber o ser humano e suas ações de modo amplo, considerando seus sentimentos, suas paixões e seus afetos também como constitutivos de seu agir racional”. A dialética da razão em Rousseau apresenta que os fatos podem ser refletidos de diferentes formas, podendo a razão ser questionada e alterada. Os conceitos e a lógica não são os únicos caminhos para definir a vida dos homens, a vida será interpretada singularmente entre os sujeitos que buscarão lhe experimentar com consciência e autonomia.

A partir da descrença do sistema educativo nacional, Rousseau (2017) traduziu especialmente em *Emílio*, as considerações fundamentais para formação do sujeito nas suas etapas da vida, ressaltando a infância como fase de significativa importância para consolidar as bases que constituirão o homem racional.

Pesquisadores brasileiros tem se debruçado sobre o autor, discutindo a respeito da concepção de infância e a imagem da criança retratada em sua época (CAMPOS E RAMOS, 2018; PAMPLONA, 2006); seu posicionamento enquanto iluminista e defensor da educação natural (DALBOSCO, 2008); o processo de desenvolvimento humano desde a infância (ESPÍNDOLA, 2013) e o papel do educador no seu projeto pedagógico (QUEIRÓZ, 2010).

Por essa dimensão, este trabalho tem como objetivo central refletir sobre a gênese do pensamento educacional para a primeira infância em Rousseau, a partir dos livros I e II da obra *Emílio ou da Educação*, que se referem a formação da criança de 0 a 12 anos de idade. Busca-se discorrer sobre o conceito moderno de infância, uma fase singular do desenvolvimento humano, com sujeitos ativos e participantes do modelo de educação, para explicar os princípios da proposta pedagógica rousseauiana que permitam a formação autônoma do cidadão.

2. EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO: entre a concepção de infância e o projeto educativo

A perspectiva pedagógica delineada por Rousseau (2017), em *Emílio ou da Educação*, reflete sua construção imaginária, indo além de preceitos didáticos, para a partir de personagens fictícios, apresentar suas considerações sobre as questões políticas, éticas, subjetivas e principalmente educativas que acompanham o sujeito desde o seu nascimento até o livre exercício de cidadania.

Uma obra filosófica que esboça posicionamentos teóricos, fugindo dos padrões clássicos de escrita e esclarecimento do século XVIII, compondo uma abordagem que se distancia dos seus demais escritos sobre a educação, assentindo um estilo literário que insere seus sentimentos em relação a vida social. Em *Emílio*, o processo de desenvolvimento humano é retratado, compreendendo como a sociedade trabalha na sua degeneração. Estamos

diante a ênfase em uma nova pedagogia, que contrária os saberes da época, buscando a valorização de cada fase específica da vida.

A produção em destaque, apresenta o personagem Emílio e o seu caminho formativo acompanhado do seu governante¹, em cinco fases organizadas em livros. O livro um aborda o período das necessidades, do nascimento aos dois anos de idade, o autor apresenta Emílio, realiza uma crítica a sociedade do período e expõe os responsáveis pela ação educativa para retratar o objetivo e a importância da educação na infância. No segundo livro, a criança entre dois a doze anos possui uma educação das sensibilidades, destaca-se o sono da razão para o estabelecimento de uma educação negativa que fortaleça o corpo e os sentidos. O terceiro livro compreende a faixa etária de doze a quinze anos, denominada de idade da força, momento que Emílio aprende o que é útil, como tempo do trabalho, dos estudos e das instruções, o desenvolvimento físico e moral são salientados. No quarto livro temos o segundo nascimento de Emílio, com quinze a vinte anos, o aluno deixa a infância para viver a idade da razão e das paixões, as máximas educativas o levam ao início de uma educação social, religiosa e racional. Finalmente, no quinto livro, entre vinte a vinte e cinco anos, Sofia surge na obra e evidencia o papel da mulher para Rousseau, caracterizando a idade da sabedoria e do casamento, momento em que Emílio já está apto para se conduzir sozinho na sociedade.

Todavia, a base do projeto educativo de Rousseau tinha um perfil de sujeito em notoriedade. Emílio, seu aluno escolhido, possuía traços de um típico europeu, com espírito comum, rico e órfão, pois além da família poder intervir na sua formação, educar uma criança rica seria mais difícil do que educar uma criança pobre. Para Rousseau (2017) a condição de vida da criança pobre seria determinante, por outro lado, o rico encontraria no seu caminho obstáculos e provações para manter-se.

São por estas posições que Rousseau (2017) estabelece o debate filosófico sobre o lugar da criança na sociedade, definindo a particularidade da infância e o caminho para seu desenvolvimento de forma integral. Já no prefácio do livro informa o desconhecimento do seu tempo histórico da essência das crianças, “não conhecemos nada da infância: com base nas falsas ideias que temos dela, quanto mais avançamos, mais nos perdemos” (ROUSSEAU, 2017, p.18). De tal modo, a recomendar a importância de conhecermos nossos alunos, procurando entendê-los nas suas particularidades, sem preconceitos estabelecidos e, principalmente, sem antecipar ideias e ensinamentos que não sejam próprios do universo infantil.

Seria, portanto, a infância a fase mais significativa da educação, e por isso, a que deve ter um olhar mais cuidadoso e uma compreensão precisa das suas possibilidades. A leitura de Rousseau (2017) sobre a infância rompe com as correntes e posicionamentos que prevaleciam na época constituindo um novo olhar a essa fase da vida, para além da perspectiva biológica ou de incapacidade.

É sobre essa ausência do sentimento de infância², que mantém-se da Idade Média a Modernidade que a crítica de Rousseau se estabelece. A criança foi por este período

¹ Rousseau preferia utilizar o termo governante, por entender que o responsável pelo processo educativo de Emílio estaria mais lhe conduzindo do que instruindo. Para ele o governante “não deve jamais dar preceitos; deve fazer com que sejam encontrados” (ROUSSEAU, 2017, p. 58).

² O termo sentimento de infância é utilizado por Ariès (2006) ao declarar, a partir de pesquisas iconográficas sobre a sociedade francesa, que o reconhecimento da particularidade da infância é resultado da vida moderna. Sua tese ressalta a ausência de lugar para criança na sociedade, a partir dos altos índices de mortalidade e das indiferenciações nas formas de viver entre as crianças e adultos.

caracterizada como adulto em miniatura, desconsiderada enquanto ser social, acompanhada por adjetivos de negatividade, como sujeito que apenas será alguém no futuro.

Embora as crianças sempre existissem, a visão dos adultos³ sobre elas ancorava-se nos seus males ou possibilidades porvir, sem identificar suas identidades, habilidades e domínio. Como um ideal do futuro e inferiores diante os adultos, a criança seria sempre dependente, vista por suas limitações.

Portanto, os discursos sobre a infância nesse período, afirmavam a criança como ser incompleto, como reconhece Sarmiento (2005, p. 23, *grifos do autor*) “a infância como a idade do não está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* – o que não fala”. Sem valorização e como tempo de passagem, que não contribui para o progresso do contexto social era preciso instruir nestes sujeitos ações de disciplinamento e formação racional, como base para o sucesso no desenvolvimento futuro. Caberia as crianças a reprodução dos conhecimentos e da política social, pois, como ser que inicia sua trajetória sem alicerces, precisa ser preparada para lidar com os saberes prevalecentes (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003).

Por estas argumentações, e por críticas a posturas filosóficas como a de John Locke (1999) que anuncia a criança como uma tábula rasa, devendo ser contemplada pelos conhecimentos da razão, Rousseau (2017) traçou uma nova identificação para a infância, percebendo as potencialidades que podem ser desenvolvidas com os pequenos.

Com uma tese original que reconhece que sem as crianças a humanidade teria perecido, o autor realiza uma defesa a relevância da infância como fase fundamental da formação do homem, a qual necessita ser respeitada no seu próprio tempo, pois possui características específicas para além do que se tornará no amanhã. De tal modo, a criança não é apenas um ser inacabado, para Rousseau (2017) ela possui valor em si mesma.

As argumentações enaltecem a infância e buscam que a sociedade respeite os sujeitos que vivenciam essa fase, permitindo suas manifestações e posicionamentos sem impedir-lhes de conhecer o mundo que os cerca. Como uma fase de encantos e felicidades, Rousseau (2017, p.90) solicita que possamos apreciar esta fase que tecerá boas lembranças, “amai a infância; favorecei seus jogos, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não se sentiu saudosos, às vezes, dessa idade em que o riso está sempre nos lábios e a alma sempre em paz?”

Para Rousseau (2017) a criança possui um tempo de livre desenvolvimento que precisa ser considerado, há um tempo natural para o seu amadurecimento que não pode ser antecipado ou contestado. Enquanto adultos, o essencial seria apoiar suas curiosidades, educá-las, orientá-las e proporcionar um desenvolvimento que lhes admita enquanto sujeitos ativos, capazes e participativos (CAMPOS E RAMOS, 2018; QUEIRÓZ, 2010).

Conforme Rousseau (2017, p.103) as crianças precisam serem vistas e compreendidas enquanto crianças, pois cada idade possui significações, tal como a natureza determinou, a este respeito afirma:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas.

³ Rousseau estabelece diversas críticas aos adultos que por status e divertimento muitas vezes abandonavam seus filhos na mão de preceptores ou amas desqualificadas, abrindo mão de suas funções como pais, evidenciando nenhuma afeição ou cuidado com as crianças (ROUSSEAU, 2017).

Além de respeitar as fases da vida e entender que a educação é um processo contínuo que ocorre distintamente em cada uma delas, Rousseau enaltece a criança e sua capacidade de visualizar, a seu modo, o mundo, trilhando seu caminho pelas experimentações, brincadeiras e imaginações. Entende, por isso, que o tempo deve ser linear para o homem, pois caso as etapas sejam contrariadas haverá prejuízos que não podem ser revertidos.

Em *Emílio* Rousseau expõe sua crença na boa natureza da criança, sendo ela pura e inocente ao nascer, mas corrompida pela sociedade ao longo do tempo. Se refere as crianças como inocentes, livres de vícios e virtudes, a qual deve ser protegida e orientada longe das disfunções que a vida social produz, com uma educação que conduza ao livre e consciente exercício da cidadania.

Nesse sentido, o período de zero aos doze anos, correspondente ao primeiro e segundo livro, é caracterizado por Rousseau como a educação que mais importa, pois demanda cuidado e atenção para que a criança não seja degenerada. A este respeito Rousseau (2017, p.107) esclarece:

[...] o mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento aos 12 anos de idade. É o período em que germinam os erros e os vícios, sem que se tenha ainda qualquer instrumento para destruí-los; e, mesmo quando vem o instrumento, as raízes estão tão profundas que já não se pode mais arrancá-las.

De tal modo, buscou traçar um projeto de educação que fosse negativa e natural para conduzir as crianças ao desenvolvimento, sem perder de vista as especificidades da infância.

Assim, para que a criança viva conforme sua natureza, precisa ser preservada, tendo experiências que só a infância permite, por isso seria necessário deixar a criança livre, vivendo seu cotidiano e aprendendo com suas experiências atuais sem nada lhes interromper. A criança precisaria sentir o gosto pela vida e aspiração pelos novos ensinamentos. A infância não seria, portanto, o momento do esclarecimento da razão ou dos aprendizados morais, pois para que a criança compreenda o valor de tais conhecimentos e possa utilizar de forma adequada precisa que todas suas faculdades estejam desenvolvidas (ESPÍNDOLA, 2013; PAMPLONA, 2006).

Por esse viés, Rousseau (2017, p.107) pontua a regra básica do seu pensamento sobre a educação infantil, “ousarei expor aqui a maior, a mais importante e a mais útil regra de toda a educação? Não se trata de ganhar tempo, mas de perde-lo”. Seu plano consistia em uma educação tão somente negativa, sem cobranças e pressões as crianças, pois seria preciso que amadurecessem no seu próprio tempo, um momento que apesar de ser perdido, fortaleceria as crianças, para desfrutar com maiores proveitos nas próximas etapas, cabendo ao governante a responsabilidade de protegê-las contra o erro, estimulando-as para que não façam mal a nenhum ser a sua volta.

O objetivo central de Rousseau seria que a natureza pudesse agir conforme sua vontade, que ela educasse as crianças antes das interferências humanas, assim, com o caminho natural não interrompido, a criança poderia experimentar toda a vida. O projeto de educação que retoma a natureza, possui “a centralidade das necessidades mais profundas e essenciais da criança, ao respeito pelos seus ritmos de crescimento e à valorização das características (CAMBI, 1999, p. 346)”. A volta a natureza está relacionada a interioridade do sujeito e não ao seu lado selvagem, seria uma educação com foco nas subjetividades humanas, que exaltasse o verdadeiro sentido de existência e a vocação humana.

Sem interferências e dirigida pelo seu próprio modo de visualizar a vida, a criança seria favorecida com uma educação particular, em contato com a natureza e com pensamentos puros, como o Autor das coisas teria lhe concebido (ROUSSEAU, 2017). Cabe ressaltar, que esse plano de educação está diretamente ligado as profundas críticas que Rousseau possuía sobre a sociedade francesa da época. Seu posicionamento de educação natural levaria as crianças para longe das más influências que a cidade propunha ao homem, pois vivendo e se fortalecendo no campo, a criança poderia exercer suas próprias concepções, com autonomia e espontaneidade, para entendendo o que é realmente útil possa atuar na esfera social, renovando as formas de ser e conviver.

São por estas argumentações que a ênfase da proposta educativa para as crianças de até doze anos negam as lições orais e focam nas ações. Aprendendo pelo exercício do corpo, a criança poderia ter maior contato com o meio e aprofundar seus gostos e sentidos individuais.

Nos dois primeiros livros da obra, Rousseau (2017) exhibe várias orientações sobre o desenvolvimento da criança, para que se torne um sujeito saudável, considerando o choro, a alimentação, o movimento, as roupas, a linguagem, entre outras recomendações essenciais, na sua perspectiva, para o aprimoramento dos sentidos e a promoção de um corpo robusto. Nesse sentido, Rousseau (2017, p.137) apresenta:

[...] Se desejais, portanto, cultivar à inteligência de vosso aluno, cultivai as forças que ela deve governar. Exercitai continuamente seu corpo, tornai-o robusto e saudável para torna-lo sábio e razoável; que trabalhe, que aja, que corra, que grite, que esteja sempre em movimento; que seja homem pelo vigor e logo será pela razão.

As atividades lúdicas, características da infância, seriam utilizadas não apenas pelo prazer e divertimento, apesar de considerar essencial que as crianças gostassem do que estavam realizando, mas teriam funcionalidade de desenvolvimento corporal, permitindo, que a natureza interior das crianças fossem enaltecidas.

Um projeto pedagógico de educação negativa e natural que não se contraponha ao valor da razão, mas reconhece a importância das livres expressões infantis para o desenvolvimento da criança e convida o educador para conhecer particularmente seus alunos, orientando-o nas suas experiências com o mundo, sem limitar ou antecipar suas ações. O posicionamento educacional de Rousseau apresenta o respeito ao universo infantil, desde os aspectos biológicos, cognitivos e intelectuais, concedendo significado as competências que no seu tempo as crianças são capazes de desenvolver.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de um projeto pedagógico que contraponha os ideais políticos, culturais e sociais de uma época possui grandes chances de não ser bem aceito pela comunidade. Todavia, mesmo diante os riscos de proclamar suas convicções, Rousseau não se eximiu do lançamento de *Emílio ou da Educação* em 1762. Um livro que foge do seu estilo, até então anunciado, e exprime por meio de uma produção literária um tratado de educação que respeita a infância e valoriza as suas capacidades em um período que as crianças são vistas por suas limitações, recebendo adjetivos de negatividade. Rousseau apresenta um novo olhar para a infância, que compreende suas especificidades, garantindo sua livre participação nas experiências de aprendizados.

A partir do seu olhar, a criança poderia ser criança e vivenciar a sua infância sem pular as etapas da vida. Em consonância, a sua proposta acredita na essência humana e delineia uma

educação negativa e natural, a qual a criança não teria esclarecimentos da razão, pois ainda não possuiria habilidades para discernir, mas poderia brincar, pular, gritar e se expressar, de modo que seu corpo e seus sentidos fossem fortalecidos para o futuro exercício social. Nessa direção, a criança valorizada teria sua infância preservada e seus ensinamentos buscariam externalizar sua essência.

Apoiado em personagens fictícios e no afastamento total da criança da vida em sociedade, enquanto pratica seu processo inicial de educação, Rousseau reconhece a inviabilidade de execução de todas suas orientações na obra, no entanto, convida aos leitores para que realizem ações que se assemelhem o mais próximo das suas concepções, para formação de um hábil cidadão que não seja corrompido na primeira infância.

O pensamento de Rousseau deposita grande credibilidade no poder da educação para transformação do homem e do seu contexto. Por conseguinte, como um dos primeiros filósofos a reconhecer as singularidades da infância, suas ideias continuam vigentes influenciando diversos pesquisadores a ressaltarem as potencialidades das crianças.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

CAMPOS, R. K. do N; RAMOS, T. K. G. A concepção de infância em Rousseau. **Revista Tempos e Espaços da Educação**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 01, Edição Especial, p. 239-250, dezembro, 2018.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

CUNHA, L. A. Sociedade, Estado e educação: notas sobre Rousseau, Bonald e Saint-Simon. In.: **Revista Brasileira de Educação**; Rio de Janeiro: Jan/Fev/Mar/Abr, n. 1, 1996.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Documentação Pedagógica uma prática para a reflexão e para democracia. In: _____. **Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DALBOSCO, C. A. O iluminismo pedagógico de Rousseau. **31ª Reunião Anual da ANPED, GT-17: Filosofia da Educação**, p.1-17, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-iluminismo-pedagogico-de-rousseau>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ESPÍNDOLA, A. de. Rousseau: aspectos do desenvolvimento humano na primeira infância. **Síntese – Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 40, n. 127, p. 279-291, 2013.

LOCKE, J. Alguns pensamentos acerca da educação. **Cadernos de Educação**. Fae/UFPel, Pelotas (13): 147 – 171, ago./dez. 1999^a.

PAMPLONA, R. S. A concepção pedagógica em Rousseau. **Revista Eletrônica de Educação do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás**, v. 1, n.2, jan/jul, 2016.

QUEIRÓZ, F. P. **O conceito de infância e o papel do educador em Rousseau**. 2010. 79f. Dissertação de mestrado – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da Educação**. Tradução, introdução e notas: Laurent de Saes. – São Paulo: Edipro, 2017.

SARMENTO, M. J. Crianças: educação, culturas e cidadanias activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em:<<http://www.ced.ufsc.br/núcleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 28 nov. 2019.